

IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais

Crises do capitalismo, novas e velhas formas de protesto

10 a 13 de julho de 2018

FFLCH-USP, São Paulo - SP, Brasil

GT 10- Conflitos do trabalho e sindicalismo

A greve geral de 1917 em Curitiba-Paraná e seus conflitos com a classe dominante local

Este trabalho pretende investigar quais foram as principais linhas de atuação do movimento grevista urbano em Curitiba e seus conflitos com a classe dominante local, organizada na Associação Comercial do Paraná e no interior do aparelho de Estado local. Averiguaremos quais eram os posicionamentos de diretores da Associação Comercial do Paraná e líderes empresariais divulgados no periódico "Diário da Tarde" frente às reivindicações operárias, além da análise da repercussão que tal movimento teve no meio político paranaense, em especial na Assembleia Legislativa do Paraná e nos discursos proferidos por representantes federais do Paraná na Câmara dos Deputados e no Senado. Também nos atentaremos às principais características do incipiente movimento sindical que se organizou e deflagrou a paralisação das atividades laborais em setores comerciais e industriais da capital paranaense. As fontes utilizadas são os Anais das referidas instituições, além da já mencionada fonte jornalística do período. O trabalho focalizará a ação das principais lideranças do movimento operário, empresarial e político que se envolveram com os acontecimentos da greve geral de 1917 com maior evidência. Consideramos tais lideranças como agentes posicionados no interior do campo social possuidores de determinadas espécies de capitais que determinam suas posições no interior do macrocosmo social. Tal interpretação, inspirada na obra de Pierre Bourdieu, nos permite pensar tais agentes nos campos sociais do poder e da economia de maneira relacional e contextualizada social e historicamente, com a intenção de entender a greve como um campo de disputas e conflitos, entre a classe dominante e a classe dominada. Pretendemos contribuir para a compreensão de uma parte da História da luta de classes no Paraná neste capítulo tão importante que foi a greve geral de 1917, verificando quais eram os principais anseios e projetos em conflito entre os grupos sociais em questão.

Tema

Este trabalho pretende investigar quais foram as principais linhas de atuação do movimento grevista urbano em Curitiba e seus conflitos com a classe dominante local, organizada na Associação Comercial do Paraná e no interior do aparelho de Estado local. Para pensar a classe operária grevista e sua relação com a classe patronal, temos como ponto de partida teórico a noção de materialismo histórico. Tal perspectiva, em linhas gerais, entende que a condição material de produção (infraestrutura) determina o que os indivíduos são, nas suas realidades sociais concretas. As relações que fazem parte da superestrutura da sociedade (Estado, Jurisdição, Ideologia, Religião) não podem ser compreendidas por si mesmas, mas a partir de sua relação com as relações materiais de vida. Para Marx, o modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e espiritual. As ações dos indivíduos, suas ideias, representações e consciências são limitadas pelas condições materiais de vida, que os condicionam independente de suas vontades (MARX; ENGELS, 1977, p.36).

No caso do movimento sindical grevista em Curitiba, observamos as ações de dois grupos, entendidos aqui como classes sociais, antagônicos entre si, pois ambos possuíam diferentes interesses, dadas as respectivas posições ocupadas no modo de produção capitalista. A relação entre a esfera social e econômica remete à ideia de que as classes sociais são “grupos de agentes sociais” definidos “principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1973, p.7, grifos no original). Esta definição pode ser encontrada na obra de Nicos Poulantzas, autor neomarxista estruturalista que aponta para a variedade de frações de classe dominante nas formações sociais em um determinado modo de produção dominante. A diversidade de frações, interesses e lutas entre as classes é contemplada neste paradigma. No contexto social e histórico analisado, a fração hegemônica de classe dominante é a burguesia industrial, especialmente a ervateira, cujas ações na greve de 1917 serão abordadas nas próximas seções deste trabalho. O momento de greve geral é marcado pela luta entre duas classes sociais, cujas relações são marcadas pelo conflito de interesses. Nesse processo, a classe economicamente dominante (o empresariado industrial) conta com vantagens e privilégios na defesa dos seus interesses, frente a outras instituições da sociedade, como o Estado e a imprensa.

Para a análise da problematização sobre os conceitos de instituições e classes sociais, temos como referência a obra de Pierre Bourdieu. Em linhas gerais, sua produção examina a sociedade como um espaço social dividido em diversos “campos”. Exemplificando para as instituições que envolvem este trabalho, podemos articular instituições como o Estado, como

situadas no interior do campo político, ou os sindicatos, imbricados em lutas políticas e econômicas. Para Bourdieu, cada campo é um microcosmo, uma parcela do mundo social (ou macrocosmo) relativamente autônomo em relação à totalidade do mundo social (BOURDIEU, 2011, p.195). Relativa autonomia, pois “os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomos. Eles se articulam entre si” (BONNEWITZ, 2003, p.62). A autonomia preservada e característica de cada campo refere-se à ideia de que os mesmos possuem suas próprias regras ou leis, “que são diferentes das leis do mundo social ordinário” (BOURDIEU, 2011, p.195).

O campo econômico produz antagonismos entre classes sociais organizadas em organizações patronais e sindicatos operários, no qual observam-se determinadas leis e regras específicas, dada a *relativa autonomia* existente no macrocosmo social. Ele também sofre influências de outros campos, como o político, o cultural e o social, por exemplo. No caso da greve de 1917, o movimento sofre interferências das autoridades políticas e sociais dominantes do contexto, dado que os campos não são autônomos entre si.

Os agentes históricos e sociais que estão situados na greve de 1917 possuem uma determinada posição no espaço social determinada pelo volume de capitais que possuem nos diferentes campos em que estão inseridos. Nossa atenção especial se concentrará nas principais lideranças do movimento operário, empresarial e político que se envolveram com os acontecimentos da greve geral de 1917 com maior evidência. Tal interpretação, inspirada na obra de Pierre Bourdieu, nos permite pensar tais agentes nos campos sociais do poder e da economia de maneira relacional e contextualizada social e historicamente, com a intenção de entender a greve como um campo de disputas e conflitos, articulada à noção de luta de classes, que é intensificada no modo de produção capitalista. Os agentes sociais da classe dominante mobilizam estratégias para a “conservação” ou “apropriação” do capital e suas diferentes ‘espécies’ para a “reprodução da ordem social” (BONNEWITZ, 2003, p.67). Entendemos que o movimento grevista de 1917 confronta e questiona a reprodução desta ordem social que garante a uma minoria os privilégios econômicos de classe e exclui a maioria dos agentes sociais que não partilham das riquezas sociais produzidas pelo próprio trabalho.

Nossa análise sobre a greve de 1917 entende tal acontecimento como a expressão do conflito entre classes sociais em formação em Curitiba. Os passos decisivos para uma afirmação de ordem capitalista burguesa estavam sendo dados com a constituição do Estado republicano, o fim da escravidão e o incentivo a vinda de significativas levas de imigrantes europeus ao Brasil, em especial na região Sul. O século XX se inicia pela formação e pelo

desenvolvimento das duas principais classes sociais no capitalismo: a burguesia e o proletariado, antagônicas entre si e intrinsecamente marcadas pelo conflito. Na próxima seção, visualizaremos o panorama socioeconômico geral do período analisado.

O Paraná no início do século XX: Economia e Sociedade

O início do século XX se caracteriza pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Este processo foi incrementado pelo fim da escravidão, em 1888, e pela proclamação da república, em 1889. No Paraná, a economia passava por uma série de transformações que marcavam a transição do ciclo econômico do tropeirismo, de caráter comercial baseado no escravagismo, para o ciclo da erva-mate, que empreendeu o desenvolvimento forças produtivas e se afirmou como um ciclo propriamente industrial. Este feito se desenvolveu através do estímulo do comércio exterior e o rompimento com a estrutura escravagista (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.138). Durante este processo, a população do Paraná se multiplicou, como pode ser conferida na tabela abaixo, além de ser verificável a prosperidade econômica do Estado com a transformação da capital paranaense, incrementada com símbolos da modernidade como jardins, fábricas, iluminação pública e instituições culturais e educacionais como teatros, cinemas e a Universidade do Paraná, criada em 1912 (DAGOSTIM, 2011; WACHOWICZ, 1983).

TABELA 1: POPULAÇÃO DO PARANÁ E COLOCAÇÃO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS ESTADOS DO BRASIL

Ano	População	Colocação entre os estados brasileiros
1872	126.722	18°
1920	685.711	13°
1940	1.236.276	10°

Fonte: MAGALHÃES FILHO, 1996, p.144.

O dinamismo da economia da erva-mate afirmou uma nova classe dominante: a burguesia ervateira. Esta classe organizou os seus negócios articulando o mercado interno ao externo, através de exportações com os países platinos, além da mobilização de grandes capitais acima dos padrões regionais do período e das inovações para a incrementação da produção industrial, “conectando o mundo rural da erva-mate com os mercados urbanos” (OLIVEIRA, 2000, p.52). Ricardo Costa de Oliveira (2000) destaca também que o processo

de afirmação da dinâmica capitalista sob a forma moderna no Paraná ganhou fôlego com a intensificação do trabalho livre assalariado com a massa de imigrantes, além da queda do número de escravos na região de expansão da erva-mate (Litoral e Campos Gerais), em contraposição às atividades pastoris predominantes na região dos Campos Gerais.

Segundo Magalhães Filho, a erva-mate e a madeira possibilitaram o desenvolvimento de uma burguesia industrial diversificada em suas atividades. Em 1913, o setor industrial possuía torno de 300 estabelecimentos e 5.000 operários, divididos em empresas de beneficiamento de erva-mate, serrarias a vapor, fabricação de fósforos, carpintaria, fiação e tecelagem. Nesse ano, o Paraná ocupava o “5º lugar no Brasil no Brasil no que refere à produção industrial” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.141). Tal número é expressivo e demonstra a importância desta fração de classe para a sociedade paranaense do período.

Localmente, classe patronal se organizou em torno da Associação Comercial do Paraná, criada no ano de 1890, em um contexto de intensas mudanças políticas, sociais e econômicas, sendo uma das entidades de representação dos interesses da classe empresarial pioneiras¹ no Brasil. As frações de classe da burguesia industrial e comercial se consolidavam neste contexto, marcado pela transição da monarquia para a república e pelo desenvolvimento do capitalismo, ainda que realizado de forma incipiente. A Associação Comercial é uma instituição decisiva para os acontecimentos da greve de 1917.

Por sua vez, a classe operária ganhava força a partir do final do século XIX. No Brasil, um momento importante do movimento foi a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro e a criação da Confederação Operária Brasileira, que faziam a ampla defesa da jornada de oito horas diárias, a luta por maiores salários e pela legislação trabalhista/previdenciária (FONSECA; GALEB, 1996, p.16). No início do século XX, o país atravessava por uma crise econômica que foi aprofundada a partir de 1913, resultando em altos índices inflacionários sentidos pelo operariado (FONSECA; GALEB, 1996, p.24).

No Paraná, esta crise foi acentuada pela concorrência estrangeira, especialmente da Argentina, nas atividades econômicas da extração de pinho e cultivo da erva-mate (FONSECA; GALEB, 1996, p.25). O efeito desta crise é vivenciado pela classe operária, que vem se organizando através de sociedades protetoras, beneficentes e federações para as reivindicações de pautas trabalhistas. Outro fator que contribuiu decisivamente para esta

¹ A mais antiga Associação Comercial é a do estado do Rio de Janeiro, que tem a sua fundação no ano de 1834, segundo o verbete do DHBB, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Já a Associação Comercial de São Paulo foi fundada em 1894 (LEOPOLDI, 2000), quatro anos após a fundação da Associação Comercial do Paraná.

organização é a atuação de imigrantes e seus descendentes que trazem ideias socialistas e anarquistas da Europa e propagam-nas nas regiões em que os mesmos estabelecem suas vidas.

A greve de 1917 em Curitiba foi deflagrada em solidariedade à greve em São Paulo. No dia 18 de julho deste ano, os grevistas divulgaram o seguinte conjunto de ações e exigências:

- “1º Dirigirem-se a todos os operários para evitar que eles continuem a trabalhar.
- 2º Jornada de 8 horas.
- 3º Abolição completa de multas.
- 4º Impedimento de crianças menores de 14 anos no trabalho.
- 5º Impedimento de moças de menos de 21 anos.
- 6º Os que ganharem por dia terão a tabela mínima de 5\$000.
- 7º Os que ganharem por hora a de 800 réis.
- 8º Abolição dos trabalhos noturnos, excetuando os necessários, não trabalhando mais de 6 horas.
- 9º O patrão não poderá dispensar os empregados sem prévio aviso de 18 dias, dando a cada dia uma hora de folga para procurar trabalho.
- 10º A responsabilidade dos patrões nos incidentes.
- 11º Extinção das caixas beneficentes obrigatórias, como as dos Bonds e Estrada de Ferro.
- 12º A redução dos impostos para os carroceiros.
- 13º As 8 horas são compreendidas das 7 às 11, tendo 2 horas de descanso e depois de 1 às 5.
- 14º A redução nos preços nos gêneros alimentícios.
- 15º Exigir a baixa imediata da farinha de trigo e do açúcar.
- 16º Diminuição dos preços de aluguel de casas.
- 17º Exigir do Governo fiscalização dos gêneros alimentícios.
- 18º Abolição dos trabalhos por peça.
- 19º Higiene nas Fábricas.” (RELATÓRIO, 1917, p.4).

Trata-se, portanto, de uma greve que luta por uma regulação do trabalho visando a melhoria das condições de vida dos operários, agravadas pela crise econômica e pela carestia. A próxima seção tratará do desenvolvimento da greve de 1917 em Curitiba, tentando estabelecer diálogo com discussões teóricas que contribuem para o entendimento do tema.

A greve de 1917 em Curitiba: uma discussão empírica com diálogos teóricos.

Nesta seção, pretendemos abordar algumas etapas da greve geral de 1917 em Curitiba. As principais fontes sobre o acontecimento correspondem às coberturas dos principais periódicos em circulação do período, os jornais “Diário da Tarde” e “A República”.

Nossa análise sobre a greve de 1917 diz respeito à ideia de que os periódicos que fazem a cobertura deste acontecimento propagam uma ideologia. Fazendo referência ao conceito marxista do conceito, Bourdieu argumenta que as ideologias “servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1989, p.70). Nesse sentido, “as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses” (BOURDIEU, 1989, p.11). Ao lado dessa determinação, as ideologias se caracterizam também pelos “interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção” (BOURDIEU, 1989, p.13). Tal campo de produção é o ideológico, no qual se observa uma “homologia” entre o “campo de produção ideológica e o campo da luta de classes” (BOURDIEU, 1989, p.13).

Os periódicos “Diário da Tarde” e “A República” propagam a ideologia das classes dominantes. O primeiro surgiu em 1899, tendo Estácio Correia sob o seu comando (PILOTTO, 1976, p.31), tinha como premissa a defesa do situacionismo e do Partido Republicano (BARBOZA, 2017, p.19). O segundo é o órgão oficial do Partido Republicano Paranaense. Fundado em 1886 como propagador do antimonarquismo, perdurou até a Revolução de outubro de 1930. A relação entre os campos econômico e político são evidentes. Os diretores e redatores do jornal “A República” possuíam uma estreita vinculação com o poder, a exemplo da sua primeira equipe, formada pelo fundador, Diretor de Obras Públicas e Deputado Federal Eduardo Mendes Gonçalves, juntamente com Álvaro Teixeira Ramos, Emiliano Pernetta, Rocha Pombo e Nestor Victor (PILOTTO, 1976, p.16). Passaram pela direção do periódico Leôncio Correia, Vicente Machado, Domingos Nascimento, João Pernetta, Romário Martins e Caio Machado (PILOTTO, 1976, p.16).

O discurso presente no jornal “A República” vinculava o operariado curitibano ao respeito a ordem e a autoridade. Reconhecia a greve como um direito democrático, visto que boa parte da população estava sofrendo com a carestia de produtos alimentares e necessidades básicas, fatores somados à inflação. Tal postura assinalava que as reivindicações eram justas. Porém, esta legitimidade da greve repousava sobre a ressalva de que o operariado soubesse conservar a calma, não recorrendo a “arruaça” e a “anarquia”, que pudessem prejudicar a coletividade (A GREVE, 19. Jul.1917, capa).

A abordagem do periódico “Diário da Tarde” é semelhante. A greve, para este veículo, é justificada pela carestia vivida pelo movimento operário. No entanto, este discurso vem acompanhado pela demarcação da ideia de que os operários necessitam agir com prudência, sem violências e excessos, que deslegitimariam o movimento grevista.

Tais representações correspondem à ideia de que o operariado curitibano é “pacífico” e “ordeiro”, procurando assinalar a harmonia de classes, em detrimento do conflito e da luta entre classes que uma greve pode causar.

A classe dominante paranaense tentou mobilizar recursos para a resolução da greve. Reuniões se realizavam na sede da Associação Comercial do Paraná. Os grevistas também se propunham ao diálogo, realizando negociações na sede da Sociedade Protetora dos Operários. Na ACP, sob a presidência do Coronel Zacarias de Paula Xavier, ocorriam com a presença do chefe de polícia Lindolpho Pessoa, e de líderes sindicalistas como Adolpho Silveira, Octavio Prado, Lino Motta, Caetano Grassi, Bortolo Scarmagnan, Thomaz Camilli, Manoel de Oliveira e Sá e Amaro Sant’Anna (membros da Federação Operária de Resistência) (FONSECA; GALEB, 1996, p.48), e de empresários, como Generoso Borges, Olympio Lisboa, Lucio Damaso, Carlos Pimentel, Braulio Wirmond, João Seiler, Solheid, entre outros (A GREVE O QUE SE, 21. Jul.1917, capa). Os líderes operários pertenciam à classe dominada e explorada, com muitos componentes que eram imigrantes europeus ou descendentes que não se satisfaziam com as condições de trabalho e vida que estavam vivenciando. Do lado oposto, a classe economicamente dominante estava representada por nomes pertencentes às famílias históricas paranaenses, que exerciam domínio há séculos, com sobrenomes como Xavier, Borges, Wirmond, Seiler, entre outros. Os mesmos acumulavam capitais econômicos, culturais e políticos, exercendo influência e pertencendo ao aparelho de Estado.

Nestas reuniões, o incomum fenômeno das indústrias negarem a existência da greve, dada a satisfação sem reclamações dos seus operários foi um aspecto relevante nestas reuniões. Este é o caso dos engenhos de David Carneiro, Jacaré, Xavier de Miranda e da Fábrica de Vidros. Segundo os proprietários destes estabelecimentos, os operários pararam apenas porque foram obrigados pelos grevistas ou foram liberados pelos próprios patrões.

Nesse sentido, a greve era artificial, visto que, segundo este discurso disseminado pela imprensa, os operários não ocupavam os postos de seus trabalhos apenas porque sofriam pressão dos líderes do movimento sindical². De acordo com o jornal “Diário da Tarde”:

“Os industriais que se reuniram na Associação Comercial, após a leitura da lista dos estabelecimentos cujos operários, se dizia, estavam em parede, iam declarando que tal não se dava, não só porque a cessação do trabalho em suas fábricas se dera por vontade própria dos proprietários, mas também

² Foi o caso dos maquinistas dos trens de São Paulo, Ponta Grossa, Rio Branco e Paranaguá e das linhas da capital e arredores (A GREVE O QUE SE, 21. Jul.1917, p.2).

porque os operários se haviam manifestado aos paredistas e aos seus chefes, afirmando que se achavam contentes com os patrões e com os vencimentos e ordem de trabalho e nesse caso nenhuma reclamação tinham a fazer” (A GREVE EM CORITIBA, 23.jul.1917, capa).

Diante destes argumentos, o chefe de polícia compreendeu que a greve deveria ser combatida, pois o operariado, em sua maioria, não aderiu à “desordem” provocada pelo movimento.

Reuniões de negociação também eram empreendidas pelos membros de lojas maçônicas, em uma comissão composta por Petit Carneiro, Pâmphilo de Assumpção, Lopes Neto e Hugo Simas ocorriam na Sociedade Protetora dos Operários. No lado de fora, cerca de três mil operários aguardavam as negociações. Segundo Ricardo Marcelo Fonseca e Maurício Galeb, nesta reunião,

“a comissão de maçons propunha aos operários que fossem constituídas reclamações por “classes” de trabalhadores, visto que as reivindicações eram muito gerais (...) Os maçons ainda propugnaram pela volta do sossego público e da ordem. Os operários, segundo noticiaram os jornais do dia, responderam que já estavam sendo formados os sindicatos por classes, e que agiriam “dentro dos limites da ordem” (FONSECA, GALEB, 1996, p.48).

Com a inocuidade destas reuniões, o movimento grevista passou a intensificar suas práticas, com a ocupação da Usina de Eletricidade, interrompendo temporariamente o fornecimento de energia elétrica, fomentando comícios e aglomerações, além da realização de assaltos a carrinhos de pães e carnes, a fim de evitar a distribuição destes alimentos, sob a reivindicação de baixa nos preços dos mesmos (FONSECA; GALEB, 1996, p.44).

Como resposta a estas ações, o chefe de polícia, Lindolpho Pessôa da Cruz Marques, defendeu a repressão violenta ao movimento grevista, através de prisões e do uso da força policial ostensiva (RELATÓRIO, 1917, p.7). O mesmo reiterou a necessidade de garantir a liberdade do comércio e do fornecimento de alimentos a população, da propriedade, da “liberdade do trabalho” e da “segurança individual” (A GREVE O QUE SE, 21. Jul.1917, capa). Esta posição também foi assumida pela Associação Comercial do Paraná, que clamou pela necessidade do recomeço dos trabalhos sob a garantia da força policial (A GREVE O QUE SE, 21. Jul.1917, p.2).

Com a intensificação da greve, a polícia deixou de agir de modo “moderado” e passou a aplicar práticas “rigorosas” que garantissem o reestabelecimento da “ordem pública”, divulgando o seguinte boletim:

“Aviso

O Chefe de Polícia do Estado previne a população ordeira de Curitiba que tendo, de acordo com os princípios democráticos e as boas normas da moderação, esgotado os meios brandos para manter a ordem, vai empregar a força e os meios que julgar mais convenientes.

Avisa por isso ao público e especialmente as famílias que se abstenham de transitar pelas ruas da cidade.

(a) Lindolpho Pessôa da Cruz Marques” (A GREVE O QUE SE, 21. Jul.1917, p.2).

O desfecho da greve envolveu a repressão violenta dos operários grevistas. No dia 24 de julho de 1917, Curitiba voltou a “normalidade”, com o reestabelecimento dos trens e bondes e com a regularização do fornecimento de alimentos (FONSECA; GALEB, 1996, p.52).

A greve de 1917 foi um conflito entre classes sociais, na qual a classe economicamente dominante se coloca ante ao aparelho de estado com o acúmulo de seus capitais e suas posições hegemônicas de poder e influência. Por sua vez, a classe operária é desprovida de acúmulo de capitais e vê a sua luta política ser deslegitimada pelas instituições da classe dominante. Por sua vez, o Estado, composto por membros da classe economicamente dominante, age em favor da classe que ele representa e tem, no interior do aparelho, agentes que colocam em prática a defesa dos interesses da classe dominante.

Um agente decisivo para este acontecimento histórico foi o chefe de polícia Lindolpho Pessôa, um membro incorporado pela classe dominante tradicional paranaense. Tal agente será utilizado para a exemplificação da ideia exposta no parágrafo anterior. Nascido na cidade de Bananeiras, estado da Paraíba, no ano de 1882, formou-se em Recife como Bacharel em Direito. No Paraná, desempenhou as funções de Promotor Público em São José da Boa Vista, juiz de direito em vários municípios, delegado de polícia de Curitiba durante o governo de Vicente Machado, e chefe de polícia no governo Affonso Camargo (OLIVEIRA, 1997, p.52), período que coincide com a greve de 1917. O governador era seu concunhado (GOULART, 2017, p.11) e membro influente da classe dominante paranaense. As famílias Camargo e Munhoz da Rocha, comandaram o governo do Paraná de 1916 a 1930, ambas fazendo parte do plantel de “famílias históricas” que exercem a dominação ao longo dos séculos. Entendemos que o mesmo possuía uma posição de classe social definida e pertencia à classe dominante tradicional paranaense. Segundo Ricardo Costa de Oliveira (2000) aproximadamente 50 famílias históricas do período colonial perpetuam a sua dominação ao longo dos séculos, em detrimento das transformações políticas e modernização no

capitalismo. Essas famílias articulam os seus poderes econômicos, políticos e culturais para a dominação (OLIVEIRA, 2000, p.2).

Novas famílias se inserem na política paranaense contemporânea, articulando-se em redes principalmente através de matrimônios. É o caso de Lindolpho Pessôa, paraibano, se casou com uma mulher pertencente à classe política e economicamente dominante do Paraná, adquirindo parentesco com um dos homens mais importantes do estado, o governador Affonso Camargo. Tendo como exemplo a Assembleia Legislativa do Paraná, Mônica Goulart (2017, p.52) aponta que a família Camargo, ao todo, exerceu 17 mandatos, ao longo de 120 anos. O acúmulo de capitais políticos e econômicos o torna membro da classe dominante em longo prazo, que representa e defende os interesses desta classe nas suas ações frente a cargos públicos.

Assinalamos com esta trajetória a articulação entre a defesa dos interesses da classe economicamente dominante e a classe politicamente dominante, ambas interdependentes e articuladas. No desfecho de uma greve, que marca o conflito entre classes antagônicas no capitalismo, o Estado agiu em conformidade com os interesses da classe dominante, tomando como referência o pensamento de Karl Marx, Nicos Poulantzas e Pierre Bourdieu, abordados no trabalho.

Considerações Finais

Tendo em vista as problematizações apontadas por Marx a respeito do materialismo histórico e as relações de produção, além das considerações de Poulantzas referentes à classe dominante, suas relações com a política e a luta de classes, observamos a ação de um agente que representa os interesses da sua classe de pertencimento, com poder estatal que lhe confere possibilidades de repressão violenta a ações que questionam a ordem capitalista vigente. A greve de 1917 foi insuflada por movimentos anarquistas e socialistas, visando a melhoria das relações de trabalho e de vida dos operários que trabalhavam na cidade de Curitiba. Tal movimento foi criminalizado pelas frações de classe dominante local, através de instituições como a Associação Comercial do Paraná e lojas maçônicas, que desenvolviam atividades com o principal produto da economia local da época- a indústria ervateira, que tinham seus representantes no aparelho de Estado para defender seus interesses.

Em diálogo com a teoria de Pierre Bourdieu a respeito das estratégias de conservação de capitais pelas classes dominantes, entendemos que as frações de classe da burguesia industrial e comercial se mobilizaram junto ao Estado para combater violentamente as ações

que poderiam colocar em risco suas formas de dominação. O Estado, através da chefatura de polícia, realizou sua função de repressão e finalizou a greve em 1917.

Bibliografia

A GREVE EM Curitiba- Os operários deixam o trabalho- Ataque aos Bonds da South. Diário da Tarde, 19.jul.1917, capa.

A GREVE. A República. 19. Jul.1917, capa.

A GREVE EM CURITIBA- A atitude do “Diário da Tarde”, é coerente com o interesse da ordem pública- A maçonaria intervém para a solução a greve- A cidade mantém-se em pé de guerra- Os grevistas quebram pontes e atacam produtores de pão- Prisão de anarquistas- Várias notas. Diário da Tarde, 23.jul.1917, capa.

A GREVE O QUE SE discutiu na Associação Comercial- A atitude dos grevistas- Outras notas da situação. A República. 21. Jul.1917, capa.

BARBOZA, Gabriel Goulart. A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917). Monografia. Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “O campo político”. In Revista Brasileira de Ciência Política, nº5, Brasília, jan-jul de 2011, pp.193-216.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa, DIFEL, 1989.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. A república dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite paranaense (1930-1947). Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

FONSECA; Ricardo Marcelo; GALEB, Maurício. A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária. Curitiba: Instituto Brasileiro de relações de trabalho, 1996.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Famílias e estruturas de poder na Assembleia Legislativa do Paraná. Trabalho apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF). Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1847-2.pdf> . Acesso em 04 mai.2018.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº87, jan./abr., 1996, p.131-148.

MARX, Karl. “Prefácio de Para a Crítica da Economia Política”. In: MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Pensadores).

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. Revista de Sociologia e Política, nº9, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PILOTTO, Osvaldo. Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954). Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

POULANTZAS, Nicos. “As classes sociais”. Estudos CEBRAP, nº 3, 1973, pp.6-39. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/uplod/biblioteca_virtual/as_classes_sociais.pdf . Acesso em 08.abr.2018.

RELATÓRIO apresentado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Enéias Marques dos Santos, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Lindolpho Pessôa da Cruz Marques, Chefe de Polícia do Estado. Curitiba: Estado do Paraná, 1917.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Universidade do mate: história da UFPR. Curitiba: Edição da APUFPR, 1983.